Cultura, gênero e educação

SILVIA MARIA PANATTONI MARTINS¹

Resumo: Este artigo apresenta parte da pesquisa de doutorado realizada pela autora e tem como objetivo analisar o papel da cultura na organização do pensamento, por meio das relações de gênero que são produzidas culturalmente e internalizadas de acordo com a subjetividade de cada indivíduo. A discussão teórica e o encaminhamento metodológico de análise dos dados se fundamentam na teoria dos modelos organizadores do pensamento, a qual parte do pressuposto de que cada indivíduo constrói modelos de explicação da realidade e por meio dos quais orienta seu raciocínio e suas ações. A pesquisa envolveu 240 sujeitos – 120 do sexo feminino e 120 do sexo masculino – e possibilitou investigar o papel da cultura na organização do pensamento, por intermédio da análise dos julgamentos e explicações emitidas por eles a respeito de um conflito envolvendo questões de gênero. É possível perceber o quanto o longo processo de modelagem cultural afeta os indivíduos, que acabam legitimando e reproduzindo relações de desigualdade.

Palavras-chave: Cultura. Educação. Gênero. Modelos organizadores do pensamento.

Culture, gender and education

Abstract: This article presents part of the doctoral research carried out by the author and aims to analyze the role of culture in the organization of thought, through the gender relations that are produced culturally and internalized according to the subjectivity of each individual. The theoretical discussion and the methodological routing of data analysis are based on the theory of the Organizational Models of Thought, which starts with the assumption that each individual constructs models of explanation of reality, through which he guides his reasoning and his actions. The research involved 240 subjects – 120 females and 120 males – and made it possible to investigate the role of culture in the organization of thought, through the analysis of the judgments and explanations issued by them, regarding a conflict involving gender issues. It is possible to understand how long the process of cultural modeling affects individuals, who end up legitimizing and reproducing inequality relations.

Keywords: Culture. Education. Gender. Models organizers of thought.

Cultura, género y educación

Resumen: Este artículo presenta parte de la investigación de doctorado realizada por la autora y tiene como objetivo analizar el papel de la cultura en la organización del

pensamiento, por medio de las relaciones de género que son producidas culturalmente e internalizadas de acuerdo con la subjetividad de cada individuo. La discusión teórica y el encaminamiento metodológico del análisis de los datos se fundamentan en la teoría de los Modelos Organizadores del Pensamiento, que parte del presupuesto de que cada individuo construye modelos de explicación de la realidad, por medio de los cuales orienta su razonamiento y sus acciones. La investigación involucró a 240 sujetos – 120 del sexo femenino y 120 del sexo masculino – y permitió investigar el papel de la cultura en la organización del pensamiento, a través de análisis de los juicios y explicaciones emitidos por ellos, acerca de un conflicto envolviendo cuestiones de género. Es posible percibir cuánto el largo proceso de modelado cultural afecta a los individuos, que acaban legitimando y reproduciendo relaciones de desigualdad.

Palabras clave: Cultura. Educación. Género. Modelos organizadores del pensamiento.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar o papel da cultura na organização do pensamento, por meio das relações de gênero que são produzidas culturalmente e internalizadas de acordo com a subjetividade de cada indivíduo. Para isso, baseou-se na teoria dos modelos organizadores do pensamento (MORENO MARIMÓN *et al.*, 2000), que buscam explicar a complexidade presente nos pensamentos e ações humanas, integrando, em um mesmo modelo teórico, aspectos estruturais internos ao sujeito, como cognição, sentimentos e crenças, e aspectos externos, que consistem nos conteúdos presentes na realidade. Cabe esclarecer que “realidade”, nessa concepção, implica, necessariamente, em uma representação construída pelo sujeito a partir da sua interpretação, percepção e maneira de se relacionar com o meio.

Dessa forma, a teoria dos modelos organizadores do pensamento se refere ao resultado da coordenação de diversas atividades mentais, as quais consistem em uma maneira particular de organização dos elementos abstraídos pelo sujeito, aos quais se atribui significado e dos quais se extraem implicações. Os elementos percebidos pelo indivíduo revelam sua maneira de interpretar as impressões que nele causam os objetos e fenômenos do mundo exterior. Participaram da pesquisa 240 sujeitos, sendo 120 homens e 120 mulheres.

Para entender o papel da cultura na organização do pensamento humano, busca-se, primeiramente, compreender o conceito de cultura, recorrendo à antropologia, que trouxe inúmeras contribuições em relação ao estudo do ser humano como ser social. Em seguida, aborda-se o conceito de gênero, que é um tema que emerge essencialmente do contexto cultural, sendo internalizado a partir das relações interpessoais e das práticas sociais. Por fim, analisam-se as implicações decorrentes das relações entre gênero e cultura na organização do pensamento.

Cultura e gênero

O conceito de cultura, utilizado atualmente, foi definido pela primeira vez em 1871, por Edward Tylor (*apud* KAHN, 1975), por meio do vocábulo inglês “culture”, que sintetizava outros dois termos: *Kultur*, de origem germânica, simbolizando todos os aspectos espirituais de uma comunidade, e *Civilization*, palavra francesa que se referia especialmente às realizações materiais de um povo. Segundo Tylor (*apud* KAHN, 1975), a cultura inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, os costumes e os hábitos adquiridos pelo ser humano enquanto membro da sociedade. Em outras palavras, ela envolve todas as possibilidades de realização humana. Tylor enfatiza ainda o caráter de aprendizado da cultura em contraposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos.

O antropólogo Clifford Geertz (1978), por sua vez, busca definir o ser humano com base no conceito de cultura, tentando resolver o paradoxo entre a imensa variedade cultural em contraste com a unicidade da espécie humana. Considera a cultura como um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras e instruções para governar o comportamento. Acredita ainda, como Max Weber, que o ser humano é um animal preso a teias de significados tecidas por ele, e a cultura consiste na análise dessas teias. Geertz (1978) explica que todos os indivíduos são geneticamente aptos a receber um programa, o qual é chamado de cultura, e um dos mais significativos fatos sobre o ser humano pode ser a constatação de que todos nascem com um equipamento biológico apto a viver mil vidas, mas termina por viver apenas uma. Em outras palavras, o equipamento biológico permite viver em qualquer cultura, o que quer dizer que o ser humano é capaz de aprender quaisquer padrões culturais aos quais for submetido.

Os diferentes comportamentos sociais, a maneira de ver o mundo, os julgamentos de cunho moral e valorativo e mesmo as posturas corporais são resultados de uma herança cultural, ou seja, de determinada cultura que opera sobre o sujeito exercendo influência em sua vida. Ao ver o mundo por meio de sua cultura, o ser humano passa a considerar seu modo de vida o mais correto e o mais natural, tendência denominada etnocentrismo, responsável pela ocorrência de inúmeros conflitos sociais. Segundo Laraia (2004), nossa herança cultural, transmitida por meio de inúmeras gerações, normalmente condiciona a maneira de ver o mundo e, de modo especial, de ver depreciativamente o comportamento daqueles que agem contrariamente aos padrões aceitos pela maioria da comunidade. É por isso que se discriminam os comportamentos que se opõem aos padronizados por um sistema cultural.

Morin (2003) é outro autor que atribui à cultura as alterações geradas na esfera da evolução, ao considerar que a espécie humana evoluiu muito pouco anatômica e fisiologicamente. Na sua concepção, são as culturas que evoluem por meio das inovações e da absorção do aprendizado, produzindo reorganizações e mudanças.

Morin (1998) enfatiza que o contexto sociocultural se introduz no ser humano antes mesmo de seu nascimento, no útero materno, por meio das influências do ambiente, sons, músicas, alimentos e hábitos da mãe. Assim, a cultura age e retroage sobre o indivíduo para nele modelar as estruturas cognitivas, assim como interdições, tabus, normas, prescrições que se incorporam em cada um. Dessa maneira, o conhecimento intelectual organiza-se em função de paradigmas que selecionam, rejeitam e hierarquizam ideias e informações, por meio dos quais se dá a construção social da realidade e se arquiteta a visão de mundo.

Outro conceito essencial neste trabalho refere-se às questões de gênero, por se tratar de um tema que emerge fundamentalmente do âmbito cultural, sendo internalizado a partir das práticas sociais.

O termo “gênero” é usado de maneira genérica, envolvendo diferentes sentidos. Gramaticalmente, gênero é uma categoria que permite flexionar palavras, agrupando-as conforme os sexos.

Para a sociologia, antropologia e outras ciências humanas, gênero se refere à desigualdade sociocultural existente entre mulheres e homens, que repercute no âmbito da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados, construídos historicamente e criando polos de dominação e submissão.

Cabral e García (2001) definem gênero como um sistema classificatório de representação cultural que divide os seres humanos segundo suas diferenças sexuais. A partir do significado atribuído às diferenças sexuais, homens e mulheres são socializados mediante um conjunto de práticas, estereótipos, normas, atitudes, valores, padrões de comportamento e formas de relações vivenciadas e expressas em sistemas de representações simbólicas, carregadas de conteúdos sociais. Segundo as autoras, o problema não está nas diferenças sexuais entre homens e mulheres, já que tais diferenças são constitutivas da condição de seres sexuados. A questão é que essas diferenças se convertem em divisões dicotômicas, separações, oposições, hierarquias, inferioridade, exclusão e opressão, em nome da continuidade de uma ordem social dominante. Assim, o conceito de gênero alude à representação e interpretação sociocultural em um mundo de relações desiguais que são transmitidas, reproduzidas, mantidas e legitimadas.

Moreno Marimón (1999) afirma que, a partir do nascimento, a maneira de ver e de estar no mundo começa a ser condicionada pela influência social que se recebe. Dessa forma, a discriminação da mulher começa muito cedo, com a interiorização de padrões de conduta diferenciados. Tais padrões atuam como organizadores inconscientes do pensamento e da ação, o que os torna mais dificilmente modificáveis.

Strey (2001) enfatiza que, na infância, a questão de gênero é incorporada pela maioria das pessoas, de maneira considerada socialmente normativa. Isso faz com que, ao atingirem a vida adulta, realizem escolhas diferenciadas

em função do tipo de socialização que tiveram, perpetuando a desigualdade. Embora haja algumas variações, dependendo da cultura e do nível tecnológico de uma sociedade, a divisão do trabalho mantém certa uniformidade. São as mulheres que assumem, em quase todos os lugares, a responsabilidade pelo cuidado das crianças. Também são as principais responsáveis, em quase todas as sociedades, pelo preparo da comida e pela realização de outras tarefas relativas à manutenção da família e do lar, enquanto a contribuição dos homens nesse tipo de trabalho é variável ou inexistente. O fato de homens e mulheres realizarem trabalhos diferentes não quer dizer que tais atividades sejam desiguais em seu valor. Mas por que as atribuições masculinas são mais valorizadas que as femininas?

A hierarquização do valor humano, concebida como natural, para justificar condições sociais e econômicas desiguais, é amplamente difundida por meio de valores patriarcais presentes nas diversas camadas e categorias sociais, disseminados por meios de comunicação, textos literários, livros didáticos, práticas pedagógicas, indústrias de brinquedos e legislação discriminatória.

Na escola, o gênero, em vez de ser compreendido como condição social que identifica homens ou mulheres, estabelece formas de masculinidades e feminilidades rigidamente opostas. De acordo com Vianna e Ridenti (1998), o espaço escolar, que poderia transformar as diferenças em pluralidade, acaba refletindo o sexismo que permeia a sociedade, reproduzindo estereótipos e preconceitos ao atribuir às meninas o papel de “boazinhas”, quietas, organizadas e esforçadas. Espera-se que tenham cadernos impecáveis e jamais voltem sujas ou suadas do recreio. Já aos meninos, permite-se que se mostrem mais agitados e indisciplinados, que tenham o caderno menos organizado, o material incompleto e espera-se que gostem de futebol. Qualquer alteração nesses padrões de comportamento constitui-se em alerta ao contrariar o que se espera de uma atitude feminina ou masculina. Assim, a escola, como espaço de sociabilidade e práticas culturais, exerce um papel significativo na produção e reprodução de preconceitos e estereótipos.

Azevedo (1985, p. 46) chama a atenção para o fato de que “[...] em quase todas as formações sociais as mulheres viveram e vivem a condição de seres para e dos homens [...]”. Destaca, ainda, que até os dicionários frequentemente refletem o mito da superioridade masculina, definindo discriminatoriamente os verbetes “homem” e “mulher”, nos quais podemos encontrar exemplos lisonjeiros associados ao primeiro – homem de bem, homem de espírito, homem de ação, homem de negócios, homem de palavra, homem forte, homem de Deus etc. –, enquanto o segundo vem acompanhado de exemplos pejorativos – mulher à toa, mulher da vida, mulher da rua, mulher da zona, mulher perdida, mulher-dama, mulher vadia, mulher do mundo etc.

Esse longo processo de modelagem cultural culmina com a internalização de padrões comportamentais, em que todo homem tem que ser um macho viril,

abdicar do direito de ser sensível, de demonstrar emoção, tristeza, romantismo, covardia etc. À mulher cabe abdicar do direito de ser inteligente e criativa, de ter iniciativa e espírito de luta.

Segundo Braghini (2000), a passividade feminina corresponde à sua face manifesta, que tenta esconder e dissimular a face sombria, ativa e determinada, obscurecida por ter sido longamente reprimida e reprovada. Socialmente, cristalizou-se a ideia de que feminilidade não é sinônimo de atividade, mas sim de servidão e anulação de si.

Para Vinagre Silva (1992, p. 26):

As representações acerca da mulher, seja na relação familiar ou na sociedade, passam pelas concepções de fragilidade, dependência e submissão, que dão ao homem o direito de tutela sobre ela. Essa situação é frequentemente posta como se fosse uma questão inerente à natureza da mulher e não fruto de uma ideologia que tende a reproduzir uma ordem social única, baseada em relações de poder contraditórias.

O discurso machista está a serviço de um patrulhamento ideológico constante, destinado a afirmar e reafirmar a superioridade masculina e a inferioridade feminina, legitimando e perpetuando a dominação do homem sobre a mulher. Dessa forma, o machismo, enquanto ideologia do sexo, constitui-se em violência simbólica, ao comportar ações arbitrárias impostas a um destinatário específico, violando seus interesses sem que ele o perceba. É uma violência sutil, camuflada, cujo objetivo consiste em fazer com que o oprimido se convença da inexistência da dominação ou de que a subordinação é natural, necessária e benéfica. Essa relação encontra eco no tipo de socialização oferecida às mulheres, preparadas para aceitar a dominação masculina, isto é, uma sociedade machista.

Embora os indivíduos tenham a possibilidade de reagir à modelagem cultural, é evidente a forte influência que a sociedade exerce na formação dos valores e do conhecimento, sendo, muitas vezes, difícil reavaliar o que se impõe, por parecer óbvio ou pelo fato de a maioria das pessoas compartilhar da mesma visão.

Assim, o estudo do psiquismo humano parece ser uma das tarefas mais complexas e inatingíveis enfrentadas pela ciência. Pensamentos e ações humanas sofrem influência de inúmeros fatores que poderiam ser classificados em dois grandes níveis: externo ao indivíduo, que incluiria as questões relativas às interações sociais, familiares, culturais e ambientais, e outro interno, que envolveria cognição, sentimentos, desejos e particularidades biológicas do funcionamento cerebral. É evidente que tal divisão é simplista e não dá conta de explicar a complexidade das relações que se estabelecem, a todo o momento, entre esses dois níveis, já que estímulos externos podem afetar o funcionamento cerebral, assim como ações e pensamentos humanos interferem no ambiente.

Segundo Sassi *et al.* (2001, p. 109), estudiosos das ciências cognitivas:

Diversas teorias falharam ao tentar explicar o comportamento humano apenas através da influência do meio social sobre o indivíduo, como se o ser humano fosse uma tábula rasa totalmente moldada pelo ambiente. Teorias psicológicas, como a psicanálise e suas derivadas, avançaram em explicações no aqui chamado nível interno, postulando mecanismos inconscientes de motivações e desejos para determinados padrões de comportamento. Nenhuma destas classes de teorias, entretanto, produziu modelos que possibilitassem antecipar ações humanas [...]. Ainda no nível interno, nos últimos anos as neurociências avançaram de maneira espantosa no entendimento sistêmico, molecular e genético do cérebro. No entanto, mesmo esses novos paradigmas podem não ser capazes de fornecer explicações para a riqueza dos comportamentos humanos [...]. A vivência consciente humana é muito mais ampla, e composta de uma enorme quantidade de variáveis em diferentes níveis (socioambiental, psicológico, neuronal e genético, e suas interações), o que apenas confirma que estamos lidando com um problema de extrema complexidade.

Portanto, não se tem a pretensão de desvendar a complexidade do pensamento e do psiquismo humanos; o que se pretende é apenas abordar alguns caminhos que abrem possibilidades de entendimento a respeito dos processos mentais envolvidos na elaboração de teorias e explicações sobre a realidade e o papel da cultura nesses processos, que resultam nos julgamentos e ações humanas.

Para isso, recorre-se à teoria dos modelos organizadores do pensamento (MORENO MARIMÓN *et al.*, 2000), que fundamentou esta pesquisa e será abordada a seguir.

Modelos organizadores do pensamento

Elaborada por Moreno Marimón *et al.* (2000), dentro de uma perspectiva evolutivo-construtivista, essa teoria busca integrar elementos da epistemologia genética e das ciências cognitivas, na tentativa de explicar o raciocínio humano, considerando, simultaneamente, aspectos estruturais internos ao sujeito e aspectos externos a ele.

A teoria dos modelos organizadores do pensamento é uma teoria funcional que analisa os processos psicológicos, incluindo os procedimentos utilizados pela mente na construção e apropriação do conhecimento, assim como a complexidade dos pensamentos e ações humanas.

Segundo Moreno Marimón *et al.* (2000), o descobrimento de constantes na psicologia possibilita o estudo da diversidade, pois, uma vez percebida a regularidade, o pensamento se volta para o diverso. A conjunção da permanência e

da mudança, entretanto, aumenta a complexidade dos fenômenos vislumbrados, havendo a necessidade de modelos que deem conta de descrever e interpretar simultaneamente o que permanece e o que muda. Em outras palavras, surge a necessidade de uma teoria funcional do conhecimento que contemple a incorporação do mundo exterior pelo sujeito, considerando os recursos que podem ser desenvolvidos gradativamente e não são, inicialmente, determinados, embora partam de uma estrutura comum à espécie humana.

De acordo com Moreno Marimón *et al.* (2000), embora Piaget defenda a concepção interacionista de desenvolvimento, deteve-se, em seus estudos, na investigação dos aspectos estruturais da ação intelectual, observando regularidades e descobrindo constantes no funcionamento cognitivo. O papel dos conteúdos nesses processos não foi aprofundado dentro da perspectiva piagetiana, focando mais a realidade psicológica a partir da perspectiva do sujeito cognitivo.

No entanto, determinadas formas de organização intelectual parecem depender mais dos conteúdos e de suas dificuldades do que das estruturas cognitivas, o que se evidencia pelo fato de que a aplicação de operações específicas, em dada situação, não garante sua aplicação em casos semelhantes.

A teoria dos modelos organizadores do pensamento atribui fundamental importância à natureza dos conteúdos, admitindo que somente a construção das estruturas mentais é insuficiente para explicar a complexidade do pensamento humano.

Dessa forma, a teoria dos modelos organizadores do pensamento refere-se ao resultado da coordenação de diversas atividades mentais, as quais consistem em uma maneira particular de organização dos elementos abstraídos a partir da interpretação do sujeito a respeito dessa realidade, aos quais se atribui significado e dos quais se extraem implicações. Os elementos abstraídos pelo indivíduo revelam sua maneira de interpretar as impressões que nele causam os objetos e fenômenos do mundo exterior.

Nem todos os elementos de determinada situação ou fenômeno são retidos por quem os observa, mas somente aqueles que, por motivos variados, são mais significativos para o sujeito. Portanto, a abstração de certos elementos implica necessariamente que outros sejam ignorados. É possível que elementos não retidos pelo indivíduo sejam imprescindíveis para uma explicação adequada da situação ou do fenômeno em questão, mas isso não implica que tais elementos sejam necessariamente desconhecidos pelo sujeito, e sim que a negligência seja decorrente do fato de os dados serem considerados pouco representativos pelo indivíduo na elucidação do referido fenômeno.

Um mesmo fato pode ter várias interpretações, dependendo da subjetividade de cada um, havendo possibilidades de mudança de um sujeito para outro, o que implica, conseqüentemente, na diversidade de modelos.

Assim sendo, tanto os elementos selecionados de determinada situação como o significado atribuído a eles podem variar de um indivíduo para outro, ou, ainda, em um mesmo indivíduo em momentos diferentes.

Ainda que a teoria dos modelos organizadores do pensamento defenda a universalidade do funcionamento psíquico, por meio das relações entre abstração de elementos, atribuição de significados e extração de implicações, o resultado desse funcionamento é imprevisível, dependendo do contexto e dos conteúdos envolvidos, assim como da subjetividade individual e da complexidade social.

O processo de internalização da cultura acontece a partir dessa combinação instável e complexa que afeta a organização do pensamento e o comportamento humano. É esse emaranhado de relações que produz reações semelhantes ou diversas diante de uma mesma situação, já que as pessoas podem construir diferentes modelos ou internalizar com maior ou menor intensidade conteúdos culturais, dependendo justamente das subjetivas relações entre aspectos internos e externos ao sujeito. Talvez isso possa explicar a similaridade ou a singularidade de pensamentos e ações diante de um mesmo acontecimento, o que contempla simultaneamente a diversidade e a unidade humana.

Metodologia

Este estudo se deu por meio de investigações indiretas que buscam um entendimento próximo, o quanto possível, da realidade, analisando a organização do pensamento expressa nos juízos e nas representações que os sujeitos têm de suas ações e das ações das pessoas envolvidas no conflito apresentado. A representação da ação refere-se não à ação propriamente dita, mas ao que os sujeitos dizem da ação que teriam.

Para estudar o papel da cultura na organização do pensamento humano e na construção do conceito de gênero, identificaram-se e analisaram-se os julgamentos e as representações das ações por meio dos modelos organizadores aplicados por 240 sujeitos, divididos da seguinte maneira:

- 120 homens, grupo composto por 60 estudantes de universidades particulares da cidade de Campinas (SP) e 60 trabalhadores que cursaram até o Ensino Fundamental (integrantes de equipes de limpeza e segurança, serviços mecânicos, garçons, operários e frentistas) das cidades de Campinas e Arthur Nogueira.
- 120 mulheres, grupo também composto por 60 estudantes de universidades particulares da cidade de Campinas (SP) e 60 trabalhadoras que cursaram até o Ensino Fundamental (integrantes de equipes de limpeza, serviços domésticos, garçonetes e operárias) das cidades de Campinas e Arthur Nogueira.

A escolha da amostra possibilitou a análise em duas perspectivas: a de gênero e a relacionada ao fator escolaridade. Neste artigo, abordamos a perspectiva de gênero, ou seja, como homens e mulheres organizam o pensamento diante de dilemas socioculturais. Para isso, foi apresentado, por escrito, a todos os participantes, um conflito hipotético para que cada um se posicionasse.

O referido conflito conta a história de um casal, o qual começa a se desentender quando a mulher manifesta o desejo de voltar a estudar e encontra grande resistência por parte do marido. O conflito buscou contemplar uma situação experimental, mais próxima possível das vivências dilemáticas cotidianas, e foi elaborado após amplo estudo de campo e pesquisas que comprovaram sua atualidade e relevância.

Cada participante, ao receber o conflito por escrito, respondeu anonimamente às seguintes questões:

1) O que você pensaria se estivesse na situação apresentada? Esta questão, que é bastante aberta, tem por objetivo não induzir a resposta, e sim captar o que cada sujeito abstrai como mais significativo da situação apresentada;

2) O que você faria se estivesse na situação apresentada? Esta questão, contrariamente à primeira, é mais objetiva, direcionando a resposta para a ação e buscando analisar as representações que as pessoas têm de suas ações, ou seja, como dizem que agiriam se estivessem envolvidas na situação;

3) O que você acha que a esposa deveria fazer? Esta última questão faz com que os sujeitos adotem outra perspectiva de ação, ao explicitarem o que acham que a protagonista do conflito deveria fazer.

Resultados

Observam-se, ao analisar as respostas dos indivíduos, com base na teoria dos modelos organizadores do pensamento, princípios que orientam os argumentos explicitados, os quais podem ser notados a partir dos elementos que cada sujeito percebe como mais relevantes no conflito, os significados atribuídos a esses elementos e as implicações decorrentes das relações que se estabelecem entre elementos e significados. É importante esclarecer que não há categorias prévias, ou seja, os princípios que orientam os argumentos foram encontrados a partir das respostas emitidas pelos sujeitos. Assim, alguns percebem o papel da figura feminina como o elemento mais relevante do conflito, atribuindo-lhe o significado de passividade e submissão, o que implica em uma postura de aceitação e impotência da esposa; outro grupo de sujeitos destaca igualmente o papel da figura feminina, embora o significado atribuído a ela seja diferente do mencionado anteriormente, por se referir à necessidade de convencimento do marido pela esposa, o que traz como implicação a tentativa de uma solução conciliatória; há os que abstraem somente a conduta do marido no conflito, considerando-a reprovável, o que implica em crítica severa à

postura masculina; outro grupo adota tanto a perspectiva da esposa quanto a do marido em suas respostas, embora não consigam promover uma articulação entre elas, limitando-se a descrever a posição de um e de outro no conflito; há, ainda, os que abstraem como elemento mais significativo o desejo da esposa em voltar a estudar, legitimando-o e defendendo a preservação dos interesses da figura feminina.

Assim, as respostas dos indivíduos investigados contemplaram diferentes aspectos do conflito, dando origem a cinco modelos organizadores do pensamento, que se orientam, resumidamente, conforme os seguintes princípios:

Modelo 1: defende a aceitação, passividade e submissão femininas.

Modelo 2: defende a necessidade de convencimento do marido pela esposa.

Modelo 3: critica a conduta masculina.

Modelo 4: adota tanto a perspectiva feminina quanto a masculina no conflito.

Modelo 5: defende os interesses da figura feminina.

Segue a distribuição dos modelos aplicados pelos sujeitos investigados, em resposta às três questões, divididos em grupo feminino e masculino, para comparar como homens e mulheres organizam o pensamento em torno do conflito apresentado.

A Figura 1 apresenta a distribuição dos modelos organizadores do pensamento, aplicados em resposta à questão 1 (O que você pensaria se estivesse na situação apresentada?)

Figura 1 – Distribuição dos modelos aplicados em resposta à questão 1.

Fonte: Elaborada pela autora.

A concentração de homens e mulheres no modelo 5, que defende os interesses da figura feminina, evidencia a influência do princípio de justiça, constituído nas relações entre indivíduo e sociedade, na organização do pensamento. O conteúdo do conflito, que diz respeito ao estudo, é visto pela maioria dos sujeitos como uma questão de direito e de justiça. Ao comparar os modelos aplicados por homens e mulheres, nota-se certa discrepância, concentrada nos modelos 1 e 3 que envolvem, respectivamente, a submissão feminina, defendida por um número maior de homens, e críticas à conduta masculina, explicitadas por grande quantidade de mulheres. No modelo 1, que defende a submissão da esposa, comportando maior número de homens, fica evidente o discurso machista, que postula a superioridade masculina e a inferioridade feminina, legitimando a dominação de um sexo sobre o outro. O grande número de mulheres no modelo 3, que critica a conduta masculina, revela a insatisfação feminina com essa situação, que, muitas vezes, limita-se ao campo das queixas. O tratamento estatístico dos dados evidenciou diferença significativa nas respostas emitidas pelos grupos feminino e masculino, com destaque para a proporção de homens que defende a submissão da mulher. Acredita-se que esse resultado possa ser explicado a partir do significado atribuído às diferenças sexuais, como afirmam Cabral e García (2001), em que homens e mulheres são socializados mediante um conjunto de práticas, estereótipos, normas, atitudes, valores e padrões de comportamento diferenciados, que se revelam na organização do pensamento.

Vejamos os modelos aplicados em resposta à questão 2 (O que você faria se estivesse na situação apresentada?):

Figura 2 – Distribuição dos modelos aplicados em resposta à questão 2.

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota-se, quando se trata da representação da ação, ou seja, o que os sujeitos dizem que fariam se estivessem na situação apresentada, o aumento da concentração de homens e mulheres no modelo 5, de defesa da figura feminina. O modelo 2, que aparece em segundo lugar, com maior percentual de mulheres, postula a necessidade de convencimento do marido para que a esposa possa voltar a estudar, defendendo uma postura conciliatória da figura feminina.

Azevedo (1985) chama a atenção sobre o sentimento de dependência e submissão da mulher, a qual teria que pedir permissão e obter o consentimento do marido para fazer algo.

Moreno Marimón (1999) também enfatiza que, desde o nascimento, nossa maneira de ver e de estar no mundo começa a ser condicionada pela influência social que se recebe. Dessa forma, a discriminação da mulher começa muito cedo, com a interiorização de padrões de conduta diferenciados, que atuam como organizadores inconscientes do pensamento e da ação. Não seria, portanto, a postura conciliatória, apresentada no modelo 2, novamente, um indício do tipo de socialização oferecido às mulheres e do que se espera delas, evidenciando o papel da cultura na organização do pensamento?

O modelo 1, que defende a submissão feminina, aparece com maior percentual de homens, reforçando as ideias de Moreno Marimón (1999) e Strey (2001) de que, na infância, a questão de gênero é incorporada pela maioria das pessoas de maneira considerada socialmente normativa. Isso faz com que, ao atingirem a vida adulta, realizem escolhas diferenciadas em função do tipo de socialização que tiveram.

O tratamento estatístico dos dados obtidos em resposta à questão 2 evidenciou diferença significativa entre os gêneros, demonstrando maior proporção de homens no modelo 1. Portanto, novamente tem-se como dado estatisticamente mais significativo a quantidade de homens que defendem a submissão feminina.

A Figura 3 apresenta os modelos aplicados pelos sujeitos em resposta à questão 3 (O que você acha que a esposa deveria fazer?):

Pode-se verificar que o modelo 5, de defesa dos interesses da figura feminina, concentra maior número de sujeitos, embora a porcentagem de mulheres seja superior à de homens. Nota-se também que o modelo 2, que envolve a necessidade de convencimento do marido, reúne o mesmo percentual de homens e mulheres, quando se indaga a respeito do que a esposa deveria fazer. Ao serem solicitados a pensar sobre o conflito sob a perspectiva da figura feminina, aumenta o percentual de homens e mulheres que defendem uma postura conciliatória e de convencimento do marido. Contrariamente, o modelo 1, que defende a submissão e a passividade da esposa em relação aos limites impostos pelo cônjuge, apresenta discrepância entre o grupo feminino e masculino, tendo os homens como os maiores defensores desse tipo de raciocínio.

Figura 3 – Distribuição dos modelos aplicados em resposta à questão 3.

Fonte: Elaborada pela autora.

Pode-se perceber, na análise das três questões propostas nesta investigação, sob a perspectiva de gênero, que o modelo 1 (defesa da submissão feminina), empregado por uma proporção significativa de homens, constitui-se no dado mais relevante do ponto de vista estatístico. A hierarquização do valor humano, expressa por um percentual considerável de sujeitos do grupo masculino, reforça o quanto a cultura se reproduz nos indivíduos.

Considerações finais

Como foi visto, a sociedade afeta o modo pelo qual se apreende o mundo, ordenam-se e interpretam-se as experiências, constroem-se valores e conhecimentos. Assim, muitos modos de pensar e de agir, ou reagir, acabam se tornando naturais pelo fato de o ser humano estar rodeado de pessoas que compartilham da mesma visão. Isso leva a pensar no papel da escola e das práticas culturais na constituição dos indivíduos e na legitimação de relações discriminatórias e desiguais. Ao observar o tipo de brinquedo oferecido às crianças, pode-se notar que as meninas ganham, desde cedo, bonecas, sendo incentivadas a cuidar, a realizar procedimentos de higiene e alimentação e a brincar de maneira mais calma. Já os meninos que se interessam por esse tipo de brinquedo causam certo incômodo às famílias e aos profissionais da educação, como se o papel de cuidar fosse uma atribuição exclusivamente feminina. Aos meninos são oferecidos carrinhos, bolas e estímulos a brincadeiras mais movimentadas, que incluem o uso do corpo e da força. Normalmente, o ambiente escolar é mais tolerante à agitação, à falta de capricho e à agressividade dos meninos, inclusive

justificando tais comportamentos como próprios do gênero masculino. Em relação às meninas, espera-se que sejam dóceis, sensíveis, caprichosas e organizadas. É comum ouvir que os meninos são melhores na área de exatas, que envolve raciocínio e objetividade, como se outras áreas não os exigissem. As meninas se destinam à área de humanas, que, de maneira reducionista, pressupõe sensibilidade e cuidado. Dados do IBGE, do Censo Demográfico de 2010, apontam que, entre os cursos de graduação dominados pelos homens, estão as engenharias e a ciência da computação. Já entre os cursos com maior percentual de mulheres encontram-se pedagogia, psicologia, enfermagem, terapia ocupacional e letras/português. Esses dados parecem confirmar o quanto a educação e a socialização discriminatória e diferenciada oferecida às crianças acabam afetando a maneira pela qual veem o mundo e realizam suas escolhas no futuro, o quanto a educação acaba reproduzindo determinados padrões culturais internalizados, que geram estereótipos, preconceitos e desigualdade.

É imprescindível e urgente que a escola invista na cultura do respeito à pessoa e à diversidade, assim como na construção da justiça social e de relações mais igualitárias, o que implica em uma análise crítica das práticas correntes e na edificação de um novo olhar sobre as questões de gênero.

Recebido: 18/09/2017

Revisado pelo autor: 10/10/2017

Aceito para publicação: 23/10/2017

Notas

1 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2008). Mestrado (2003) e Graduação em Pedagogia (1998) pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Atualmente, é orientadora pedagógica e educacional do curso de Educação Infantil do Colégio Notre Dame de Campinas. Tem experiência na área de educação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: direitos humanos e desenvolvimento moral. E-mail: spanattonimartins@gmail.com

Referências

AZEVEDO, Maria Amelia. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

BRAGHINI, Lucelia. **Cenas repetitivas de violência doméstica**: um impasse entre Eros e Tanatos. Campinas: Editora UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

CABRAL, Blanca Elisa; GARCÍA, Carmen. Deshaciendo el nudo del género y la violencia. **Revista Otras Miradas**, v. 1, n. 1, p. 60-76, jun. 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. [online]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novportal/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html>>. Acesso em: 4 out. 2017.

KAHN, Joel. **El concepto de cultura**: textos fundamentales. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.

LARAIA, Roque. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

MORENO MARIMÓN, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

MORENO MARIMÓN, Montserrat et al. **Conhecimento e mudança**: os modelos organizadores na construção do conhecimento. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

MORIN, Edgar. **O método 4**: as ideias. Porto Alegre: Sulina, 1998.

_____. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SASSI, Roberto et al. Complexidade e o comportamento humano. In: GONZALEZ, Maria Eunice; DEL-MASSO, Maria Candida; PIQUEIRA, José Roberto (Orgs.). **Encontro com as ciências cognitivas**. Marília: UNESP, 2001. v. 3, parte III, tópico 9.

STREY, Marlene Neves. Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. In: GROSSI, Patricia; WERBA, Graziela. **Violência e gênero**: coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 47-69.

VIANNA, Claudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio (Org.). **Diferenças e preconceito na escola**. São Paulo: Summus, 1998. p. 93-106.

VINAGRE SILVA, Marlise. **Violência contra a mulher**: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.